



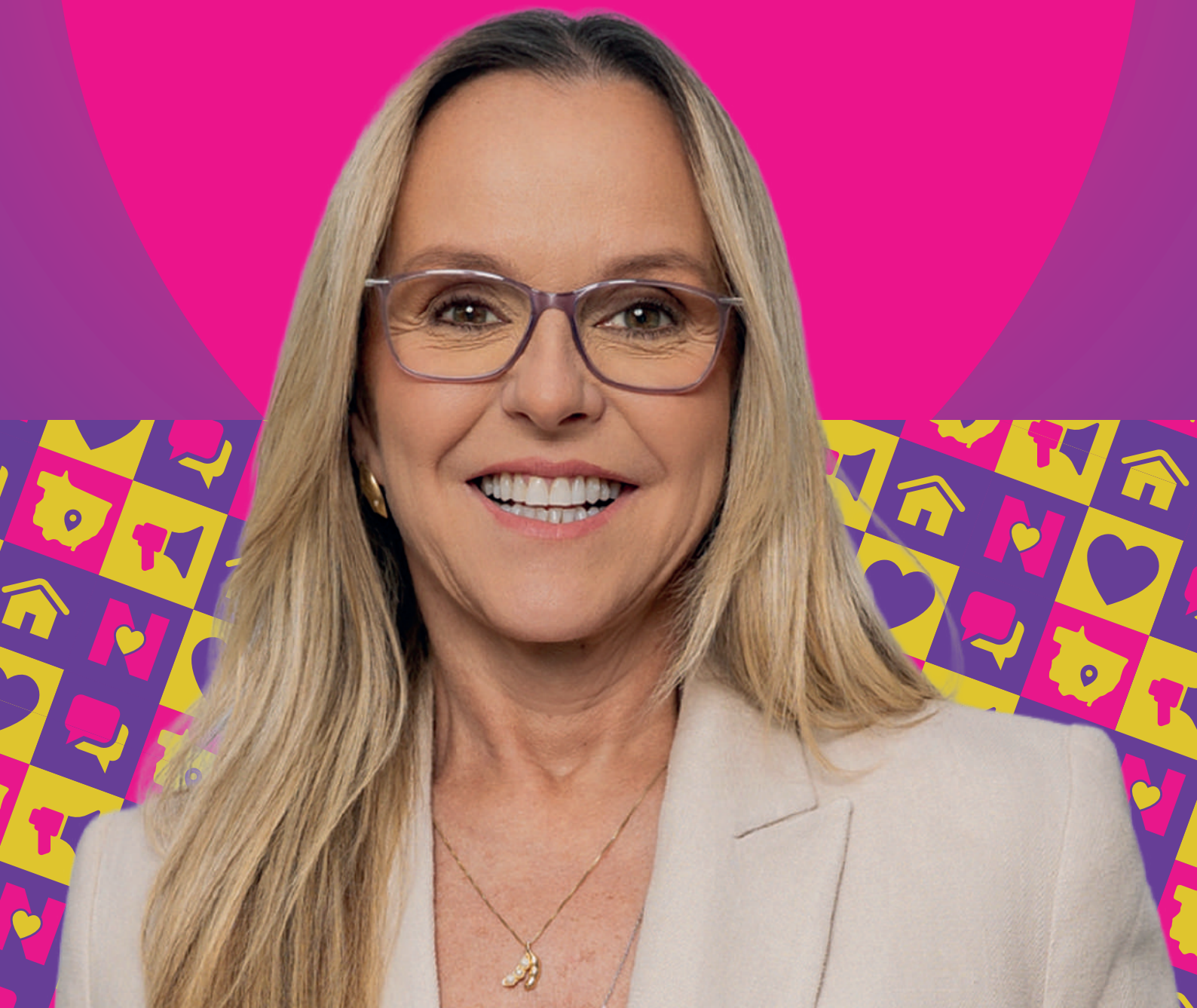
**PLANO DE GOVERNO**  
**2027-2030**

**DOUTORA**

**Natasha**

**Mato Grosso diferente cuidando de gente**

Coligação Mato Grosso para Todos:  
PSD - PDT - PT - PV - PC do B - PSB - PSOL - Rede Sustentabilidade





# Sumário

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| Carta aos mato-grossenses .....                 | 3  |
| O cuidado tem método .....                      | 4  |
| Frente I — Cuidado que forma gente .....        | 6  |
| Frente II — Cuidado que salva vidas.....        | 13 |
| Frente III — Cuidado que protege.....           | 17 |
| Frente IV — Cuidado que empodera .....          | 19 |
| Frente V — Cuidado que transforma .....         | 22 |
| Frente VI — Cuidado que desenvolve .....        | 24 |
| Frente VII — Cuidado com responsabilidade ..... | 26 |





# Carta aos mato-grossenses

Mato Grosso é um estado gigante e acolhedor. Nossa gente é trabalhadora, resiliente e apaixonada por esta terra. Entretanto, quem mora aqui sabe e sente na pele, o que é viver em um estado com muitas promessas não cumpridas e com um modelo de gestão que precisa olhar com urgência para as pessoas.

Trago para esta candidatura a coragem de enfrentar os poderosos, a integridade e a honestidade de quem nunca se serviu da política, características herdadas da minha mãe, primeira mulher senadora de Mato Grosso. Trago também a certeza, ensinada pelo meu pai, Leonardo, de que não existe estado verdadeiramente rico sem justiça social e sem distribuição de renda. Trago, principalmente, o rosto de cada paciente que atendo há mais de 20 anos no Centro de Saúde do Grande Terceiro. Foi lá que uma mãe entrou chorando no consultório com seu filho, de quase três anos, que ainda não falava e não conseguia consulta com especialista. Eu consegui aquela vaga e entendi, naquele instante, que como médica ajudo uma vida de cada vez, mas na política posso transformar um estado inteiro.

Por isso, esta candidatura é maior que uma pessoa só. Ela caminha ao lado de oito partidos em uma só coligação, a maior união progressista da história de Mato Grosso, unidos não por conveniência, mas pelo compromisso de fazer do Estado um melhor lugar para se viver. Caminho com meu vice, Diogo Botelho, advogado e professor universitário, mas especialmente, um ser humano que gosta e cuida de gente.

Porque Mato Grosso tem uma dívida com você. Prometeram, que a riqueza da terra, a de ser o maior produtor de soja, do maior produtor de algodão e do maior rebanho de gado do país, voltaria em dignidade e em serviços públicos de qualidade.

A promessa não se cumpriu. Sobrou a fila da saúde, que não anda e tem o maior tempo de espera para consulta com especialista do Brasil. Sobrou a mulher que apanha, grita e não é ouvida, em um dos estados que mais mata mulheres do país. Sobraram mais de 500 mil pessoas abaixo da linha da pobreza, com mães na fila dos ossinhos. Sobraram 100 escolas fechadas. Sobraram obras prometidas e nunca entregues. Sobraram servidores públicos desvalorizados e dinheiro público aparecendo em conta de banqueiro preso.

Cuidar de quem mais precisa não é virar as costas para quem gera trabalho. As pequenas, as médias e as grandes empresas mato-grossenses sustentam este estado, são imprescindíveis, são geradoras de oportunidades, empregos e renda, e merecem um governo previsível, sem burocracias, que facilite em vez de atrapalhar.

Chega de esperar. Este plano nasce de um sonho simples, nasce do desejo de ser um Mato Grosso onde a mãe não precise implorar por tratamento para o filho, onde a mulher não tenha medo de voltar para casa, onde a criança seja alfabetizada de verdade e na idade certa, onde a riqueza da soja, do algodão e do boi se transforme em futuro e em cuidado para a nossa gente nos 142 municípios do estado.

Cuidar não é favor. É a obrigação de um Estado que arrecada, e é a você que ele deve prestar contas.



## O cuidado tem método

Prometer é fácil. Difícil é fazer diferente. Por isso este plano não é uma lista de promessas soltas: é um método. Sete Frentes do Cuidado. Em cada uma, o diagnóstico que mostra a realidade sem maquiagem e as propostas concretas para mudar essa realidade. Por trás destas páginas há um acervo de dados oficiais, pareceres de órgãos de controle e a contribuição de especialistas mato-grossenses de cada área.

E este plano não foi escrito em gabinete. Foi construído com a contribuição de mais de 30 especialistas e pessoas notáveis de Mato Grosso, e ouvindo pessoas que nunca foram ouvidas, cidade por cidade, em mais de 90 municípios visitados pela Caravana Mato Grosso para Todos. Professores, pesquisadores, gestores públicos, lideranças indígenas e mulheres organizadas entregaram diagnósticos, dados e propostas de suas áreas — é esse trabalho que sustenta cada Frente do Cuidado nas páginas seguintes.

Cada Frente carrega o nome "Cuidado que..." porque cuidar, aqui, não é discurso: é forma de governar. É assim que se governa diferente. Cuidando de gente.

**É assim que se governa**  
*diferente*  
**Cuidando de**  
*Gente*



“

**Tem que fazer**

*diferente*

**Tem que cuidar de**

*Gente*

”

# **Frente I – Cuidado que forma gente**

## **Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte**

### **Diagnóstico**

O IDEB de 2025 mostra Mato Grosso acima da meta nos anos iniciais (6,3) e abaixo dela nos anos finais (5,1) e no ensino médio (4,4). No ensino médio queda do abandono de 10,5% para 0,2% e reprovação de 18,3% para 1% entre 2022 e 2025, porém, esses dados não retratam a realidade conforme denúncias.

A primeira infância, que é de responsabilidade do município, é atendida com uma cobertura de creche de 32,9%, abaixo da média nacional (33,9%). Vamos fazer uma grande transformação na Educação Infantil. Como Pediatra sei da importância e do impacto que os primeiros anos de vida tem na vida de uma criança e de sua família.

Não existe continuidade pedagógica onde a maior parte dos professores da rede estadual está em contrato temporário. A população que mais depende do Estado, pessoas com deficiência, idosos, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais, é atendida por ações espalhadas em várias secretarias, sem que ninguém acompanhe num lugar só se a política está de fato chegando até ela e o que não se acompanha, não vira prioridade. Cerca de 71% das escolas têm algum item de acessibilidade, ainda insuficiente e 29% não têm nenhum.

A matrícula de jovens e adultos apresentou queda de 68% de 2014 a 2024 e a taxa de analfabetismo no Centro-Oeste é de 3,8% (IBGE, 2025) e está concentrada em pessoas com 60 anos ou mais (13,8%).

O Programa do governo Federal, o Pé-de-Meia, beneficia 166.243 estudantes em MT e precisa ampliar o atendimento para a totalidade dos estudantes nessa etapa da educação básica.

Quanto ao ensino profissionalizante, Mato Grosso conta com 19 unidades do IFMT (14 campi e 5 avançados) e cerca de 20 mil alunos. A Rede estadual de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) conta com 275 escolas em 108 dos 142 municípios e as Escolas Técnicas Estaduais passaram de 12 para 17 unidades.

O Estado de Mato Grosso dispõe de uma base institucional relevante — UNEMAT, UFMT, IFMT, FAPEMAT, Secretarias, Tribunal de Contas, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Parque Tecnológico e demais órgãos —, contudo esses componentes operam de forma setorial e fragmentada, com diferentes graus de integração e com pouca coerência estratégica compartilhada.

O modelo atual de governança é linear e fechado: as secretarias formulam políticas isoladamente, sem etapa de diagnóstico científico prévio, partindo da intuição ou experiência interna; a avaliação é subjetiva e pontual; inexistem mecanismos de correção de rota e retroalimentação, de modo que cada política nasce do zero, sem que o Estado aprenda com seus próprios resultados.



A universidade, por sua vez, permanece à margem do processo de formulação de políticas públicas, limitada ao papel tradicional de ensino, pesquisa e extensão, quando possui capilaridade territorial em todas as regiões do Estado e capacidade instalada para produzir conhecimento aplicável ao desenvolvimento regional.

Educação é dignidade. Só o conhecimento liberta e empodera as pessoas. É apenas pela Educação que acontece o desenvolvimento de uma sociedade. É só pela Educação que conseguiremos ter uma sociedade mais justa, igualitária e promover a verdadeira melhoria da qualidade de vida da cidadã e do cidadão mato-grossense.

## As propostas

### **1. Plano Nacional de Educação.**

Estar alinhada, com apoio da comunidade escolar, aos 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e revisar o Plano Estadual de Educação (PEE-MT).

### **2. Programa estadual permanente de regime de colaboração com os municípios.**

Operacionalizar o Sistema Nacional de Educação, que é uma maneira de funcionamento orgânico e articulado das políticas educacionais entre União, estados, Distrito Federal e municípios, visando garantir o direito à educação inclusiva, diversa e equitativa em regime de colaboração.

### **3. Alfabetização e recomposição de aprendizagem como compromisso do Estado.**

Criança que sai do ciclo de alfabetização sem ler carrega a defasagem até o ensino médio, e quem já ficou para trás não se recupera sozinho. Oferecer condições para que toda criança da rede esteja alfabetizada ao fim do 2º ano, com formação continuada dos alfabetizadores, avaliação com devolutiva rápida ao professor; avaliação diagnóstica no início de cada ano letivo, busca ativa dos alunos de baixo rendimento e tutoria individualizada, começando pelos anos finais do fundamental e pelo ensino médio. Tomada de ações para recuperação da criança não alfabetizada.

### **4. Profissionais da educação valorizados: concurso, piso cumprido e cuidado com quem ensina.**

Sem professor efetivo e estável não há projeto pedagógico que sobreviva, e o afastamento por doença na educação cresceu muito e boa parte dele é sofrimento mental do próprio professor, sem que exista política que trate disso. Concurso público imediato para zerar o déficit de professores efetivos, com calendário permanente e contínuo de reposição de vagas na rede estadual, cumprimento integral do piso do magistério, já garantido por lei federal, para toda a carreira, com remuneração proporcional ao piso também para o contrato temporário. Estabelecer política estadual permanente de saúde do trabalhador da educação, com retomada dos centros de formação e atualização dos profissionais da educação e reconhecimento do quadro de apoio administrativo, sem o qual a escola não abre a porta.



## **5. Creche pública para a infância e para a autonomia das famílias.**

A educação infantil é um direito da criança, uma política essencial para o seu desenvolvimento e uma condição para que mães, pais e responsáveis possam trabalhar, estudar e organizar suas vidas com segurança. Assumimos o compromisso de realizar o maior investimento em educação infantil da história de Mato Grosso.

Criar programa estadual permanente de cofinanciamento com os municípios, com metas pactuadas, para ampliar a oferta pública e gratuita de vagas em creches e pré-escolas. Embora a educação infantil seja de competência prioritária dos municípios, o Estado criará linha orçamentária específica e fortalecerá a atuação intersetorial das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social.

Serão retomadas as obras paralisadas e utilizados prioritariamente imóveis públicos ociosos e equipamentos comunitários adequados. Em situações excepcionais, poderá haver cessão temporária de espaços pertencentes a entidades civis sem fins lucrativos, mediante chamamento ou credenciamento público, transparência, acessibilidade, licenciamento sanitário, gestão pedagógica integralmente pública, profissionais habilitados e vedação absoluta a cobrança das famílias.

## **6. Escola de volta para o jovem, o adulto e o idoso.**

Retomar os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs), fechados nos últimos anos, articulada à qualificação profissional, com busca ativa dirigida à população idosa e negra e certificação acessível em todas as regiões do estado. Integrar EJA à qualificação profissional (IFMT e Sistema S) e aderir ao Pacto Contra o Analfabetismo EJA e ao Pé-de-Meia EJA. Priorizar população idosa e negra no combate ao analfabetismo.

## **7. Inclusão que garante atendimento, aprendizagem e permanência, não apenas matrícula.**

A rede regular inclusiva será a regra e o direito de todo estudante, com os apoios necessários à participação, à convivência, à aprendizagem e à permanência na escola. Garantir formação continuada e específica aos profissionais da educação para o atendimento de estudantes autistas, com deficiência intelectual, física, sensorial ou múltipla, contemplando comunicação alternativa, tecnologia assistiva, acessibilidade pedagógica e apoio comportamental positivo, não coercitivo, baseado em evidências e nos direitos da pessoa com deficiência.

Assegurar atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização, em salas de recursos, além de salas sensoriais e equipamentos de tecnologia assistiva. Garantir continuidade institucional por meio de concurso público e da presença de professores e profissionais com formação adequada. Buscar a universalização da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e digital. Instituições especializadas poderão atuar como centros de apoio técnico, formação, habilitação, reabilitação e atendimento complementar, sem substituir a matrícula na rede regular, promover segregação ou retirar do estudante o direito à convivência escolar inclusiva.



## **8. Cadastro Único como porta de direitos, proteção e oportunidades.**

A garantia de renda protege as famílias nos períodos de maior vulnerabilidade e não será condicionada à aceitação de emprego, crédito, curso ou atividade determinada pelo Estado. O Cadastro Único será utilizado para integrar cada família às políticas públicas às quais tem direito e para oferecer, de forma voluntária e adequada à realidade de cada pessoa, oportunidades de qualificação profissional, elevação de escolaridade, economia solidária, microcrédito orientado, apoio ao empreendedorismo e acesso ao trabalho decente. O objetivo será ampliar direitos e autonomia, sem retirar proteção de quem ainda precisa dela.

## **9. Política permanente para quem hoje não é visto.**

Campanha de ocasião não protege ninguém: política estadual contínua para a pessoa com deficiência — com avaliação por equipe multiprofissional e ampliação real do tempo de professor especializado — e para a população idosa, com inclusão, convivência comunitária e enfrentamento do abandono e da violência contra o idoso.

## **10. Povos indígenas com estrutura própria de governo, economia, educação e assento nas decisões.**

Política indígena hoje é atendimento espalhado por várias secretarias, sem ninguém responsável, reconhecer o território não basta sem dar condição de viver dele, e educação escolar indígena sem professor indígena é assimilação com outro nome: Mato Grosso terá estrutura própria de governo para os povos indígenas do estado, com orçamento e equipe técnica, coordenando educação escolar indígena específica, saúde, proteção territorial e desenvolvimento econômico — e com participação garantida das lideranças em toda decisão que afete seus territórios; assistência técnica e extensão rural desenhadas para as práticas produtivas tradicionais, apoio ao artesanato, ao extrativismo sustentável e ao turismo de base comunitária, e acesso da produção indígena, quilombola e do campo às compras públicas do estado; ampliação da formação intercultural de professores das próprias comunidades, material didático por povo e por língua — inclusive para os povos que ainda não têm nenhum —, equipe técnica especializada dentro da secretaria de educação e conselho de educação escolar indígena com poder real de deliberação, além de acesso do estudante indígena ao ensino técnico e superior com bolsa e apoio à permanência.

## **11. Educação do campo e quilombola, e escola do campo que não fecha.**

Escola rural com calendário de cidade não funciona, e cada escola que fecha empurra a criança do interior para uma estrada mais longa ou para fora da escola: currículo, material didático, transporte escolar e calendário adaptados à realidade do campo e das comunidades quilombolas.

Compromisso de não fechar escola do campo por critério administrativo, levantamento público das unidades já fechadas com avaliação de reabertura ouvindo a comunidade. Apoiar as Escolas Família Agrícola e Casas Familiares Rurais e priorizar a compra da agricultura familiar local na alimentação escolar.



## **12. Ensino médio conectado ao futuro, com o estudante até o fim da escola.**

O ensino médio é onde Mato Grosso mais perde o estudante, e o jovem que fica não enxerga para que serve a escola. Ampliar o ensino técnico integrado com parceria formal do setor produtivo. Ampliar a articulação com o IFMT e o Sistema S e estabelecer coordenação permanente entre Seduc-MT, Seciteci-MT e IFMT, evitando sobreposição de oferta. Alinhar a expansão da educação profissional aos arranjos produtivos locais, bioeconomia, agricultura familiar, agroecologia, economia verde, economia criativa, economia do cuidado e economia digital. Oferecer preparação para o Enem e para o mercado de trabalho, educação financeira, empreendedorismo, economia solidária e tecnologia no currículo. Perseguir a meta do novo PNE de, no mínimo, 50% das matrículas do médio integradas à educação profissional até 2036.

Buscar implementar plenamente o novo currículo (2.400h de Formação Geral Básica) com qualidade real. Capacitar os Professores com formação específica na Formação Geral Básica. Buscar ativamente o aluno que abandonou a escola, compreender e contornar as causas da evasão, trazendo-os de volta à escola, com reforço escolar e atendimento psicossocial. Ampliar e melhorar o transporte escolar, a alimentação escolar e promover acompanhamento dirigido à permanência no ensino médio, onde a evasão é maior.

## **13. Escola com infraestrutura para aprender.**

Não se cobra desempenho de quem estuda em sala sem climatização, no calor de Mato Grosso, e sem internet que funcione. Estabelecer um plano estadual de modernização da rede com climatização das salas, implantar internet de alta velocidade, laboratórios de informática e de ciências, biblioteca e espaço esportivo com o interior à frente na fila. Incentivar o letramento digital e pensamento computacional desde os primeiros anos escolares.

## **14. Escola segura, com equipe de apoio e prevenção à violência.**

Professor não é psicólogo, e hoje é ele quem segura sozinho o conflito, o bullying e o sofrimento mental do aluno — e violência contra a mulher e a criança não se combate só com delegacia, se previne também na escola: equipes multiprofissionais com psicólogo e assistente social na rede estadual, protocolos claros de segurança e programa permanente de cultura de paz; formação dos profissionais da rede para reconhecer e prevenir o bullying, o assédio, o racismo e toda forma de violência entre estudantes; formação específica para reconhecer sinais de violência contra a criança e a adolescente, com a Lei Maria da Penha no currículo, em linguagem adequada a cada idade, e campanhas permanentes de prevenção à violência doméstica nas escolas.

## **15. Intercâmbio Internacional dos estudantes.**

Incrementar programas de intercâmbio acadêmico com alunos do ensino médio, profissionalizante, nível superior e pós graduação.



## **16. Acompanhamento pedagógico escola por escola, com diretor formado e tecnologia a serviço do professor.**

A média estadual esconde a escola que vai mal, e diretor de escola hoje é escolhido e deixado sozinho, afogado em burocracia: estabelecer metas pedagógicas, discutidas com a comunidade acadêmica de cada unidade, monitoramento permanente dos indicadores de aprendizagem, transparência do investimento por escola e mais apoio e recursos para as escolas com pior indicador — nunca corte ou punição. Promover o reconhecimento coletivo das equipes que avançaram, discutir, com os envolvidos, métodos de premiação das melhores práticas e reconhecimento das práticas que deram certo, para que sejam repetidas na rede. Promover Programa estadual de formação de diretores e coordenadores, mais autonomia de gestão para o diretor, com suporte técnico da Secretaria, não isolamento na responsabilidade pelo resultado, e corte da papelada que tira o gestor da sala de aula; plataforma estadual de aprendizagem e uso de inteligência artificial como apoio ao planejamento e à correção do professor — nunca no lugar dele —, com formação digital docente e regras claras de uso responsável pelos estudantes.

## **17. Soberania tecnológica e fortalecimento da capacidade pública da educação.**

Promover formação ética e capacitação técnica em inteligência artificial, proteção de dados, tecnologias digitais e robótica para os profissionais da educação. Exercer plenamente as competências constitucionais do Estado no ensino fundamental e no ensino médio, em regime de colaboração com a União e os municípios, fortalecendo a capacidade pública de planejamento, regulação, produção de tecnologia educacional e formação docente, sem transferência das responsabilidades estatais ao setor privado.

## **18. Educação integral em expansão.**

Ampliar gradualmente as escolas de tempo integral, com currículo atrativo e capaz de promover aprendizagem, convivência, proteção social, cultura, artes, ciência, esporte e desenvolvimento socioemocional. A educação integral deverá ampliar as oportunidades das crianças e dos adolescentes, fortalecer seus vínculos comunitários e apoiar as famílias, sem transformar a escola em espaço de vigilância ou controle social. Serão oferecidas atividades esportivas, culturais, científicas e de acompanhamento pedagógico no contraturno. A expansão utilizará prioritariamente escolas, equipamentos públicos e espaços comunitários adaptados. Em situações excepcionais, espaços pertencentes a entidades civis sem fins lucrativos poderão ser utilizados temporariamente, mediante instrumento público, critérios transparentes, gestão pedagógica estatal, profissionais habilitados e vedação a cobrança, discriminação e proselitismo político ou religioso.

## **19. Tratar o combate às desigualdades como critério transversal de alocação de recursos.**

## **20. Cursinho Popular.**

Procurar ampliar, por meio do MEC, às escolas estaduais, nos territórios e comunidades o cursinho popular.

**21. Tornar a Educação ambiental como eixo formativo permanente ligado aos 3 biomas do estado.****22. Política de verdade para quem só aparece na lista.**

Citar uma população não é atendê-la: política estadual permanente para a população LGBTQIA+, com atenção às pessoas trans e travestis — qualificação profissional, incentivo à contratação e rede de acolhimento e acesso à justiça —; qualificação profissional e apoio à formalização também dirigidos à população negra, dentro do mesmo compromisso de autonomia econômica que este plano já assume para mulheres e populações tradicionais; e para as religiões de matriz africana, apoio às comunidades de terreiro, preservação do patrimônio afrobrasileiro, enfrentamento ao racismo religioso e participação dessas comunidades nas decisões que lhes dizem respeito.

**23. Criar o Programa “Final de semana e férias de Educação Integral”.**

Proporcionar aos finais de semana e nas férias, para crianças de 0 a 17 anos de idade, programas de arte, cultura, esporte e lazer dentro das escolas, garantindo refeições para os participantes.

**24. Ensino Superior, ciência e universidade como motores do desenvolvimento.**

Promover as Universidades Públicas como agentes diretos do desenvolvimento do estado, atuando como infraestrutura de inteligência. Essa transformação se concretiza por meio de instrumentos como a criação do Sistema Estadual de Governança Pública, do Observatório Estadual de Políticas Públicas, de Núcleos Científicos Permanentes em cada Secretaria — compostos por pesquisadores das universidades — e de gestão orientada por indicadores com dashboards em tempo real e transparência ativa. Todo o ciclo de política pública passará a contemplar diagnóstico científico, estudo técnico, indicadores, avaliação de impacto, monitoramento e prestação de contas, com retroalimentação permanente entre as etapas. A integração sistêmica entre Governo, Universidades, setor produtivo e sociedade visa transformar Mato Grosso em um Estado brasileiro com alto índice de inovação pública e desenvolvimento regional baseado na produção científica.

Criar condições para que a UNEMAT se transforme em uma das maiores universidades públicas multicampi do país assumindo papel importante na produção científica aplicada ao desenvolvimento. O plano não se propõe a criar componentes inexistentes, mas a dar coerência estratégica, orientação por evidências e propósito de desenvolvimento ao que já existe — transformando o que hoje é setorial e fragmentado em um sistema unificado de inteligência e gestão pública, no qual cada real investido na universidade produz retorno social, econômico, ambiental e tecnológico mensurável. Transformar conhecimento em desenvolvimento, ciência em política pública e universidade em motor do Estado.



## **25. Cultura, esporte e juventude com política e orçamento.**

Cultura e esporte em Mato Grosso vivem de edital de ocasião, e o jovem que sai da escola não encontra nada do outro lado. Estabelecer um sistema estadual de cultura em funcionamento, com orçamento plurianual definido, editais regulares e calendário previsível. Apoio à cultura popular mato-grossense e aos movimentos culturais do interior; esporte de base e paradesporto nas escolas e nos bairros, com apoio ao atleta e aos jogos estudantis. Criar política estadual de juventude com primeiro emprego, aprendizagem e cultura de periferia, para que o jovem tenha porta de entrada e não só porta de saída.

## **26. Rede de cuidado para idosos.**

Fortalecer e cofinanciar as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) filantrópicas e apoiar a criação de novas unidades onde houver demanda, garantindo acolhimento digno a idosos em situação de vulnerabilidade, abandono ou sem apoio familiar.

# **Frente II – Cuidado que salva vidas**

## **Saúde e Qualidade de Vida**

### **Diagnóstico**

Mato Grosso tem a 10ª maior taxa de mortalidade infantil do país — 14 óbitos por mil nascidos vivos. A meta do próprio estado para 2024 era 12,5.

E quem não morre, espera. A espera por consulta com especialista, exame, cirurgia e vaga para internação é o maior sofrimento da saúde pública mato-grossense — e o estado não a mede: no plano plurianual 2024-2027, o objetivo chamado "melhorar o acesso da população à atenção especializada" tem cinco indicadores, e nenhum registra se o paciente conseguiu a consulta ou quanto esperou.

O estado sabe medir espera quando quer: no mesmo plano, promete reduzir a da perícia médica — a que atende o servidor público — de 20 para 10 dias até 2027. Mede-se a espera de quem trabalha para o Estado; não a de quem depende dele.

## **As propostas**

### **1. Saúde Digital integrada à rede presencial.**

Garantir acesso à teleconsulta e a diferentes especialidades para a população de todas as regiões de Mato Grosso, inicialmente em horário regular, com expansão progressiva dos dias e horários de atendimento. A saúde digital será complementar ao atendimento presencial e integrada às unidades básicas, hospitais e serviços especializados. Não será utilizada para substituir equipes, fechar unidades, precarizar vínculos de trabalho ou negar atendimento presencial quando ele for clinicamente necessário. Os dados dos pacientes serão protegidos e o atendimento deverá seguir protocolos de segurança, consentimento, sigilo e qualidade assistencial.

### **2. Fila única estadual, pública e auditável, com tempo de espera como meta de governo.**

Hoje o cidadão não sabe em que posição está nem quanto falta, e o que não se mede não se cobra: central estadual de regulação com fila única para consulta especializada, exame e cirurgia, com a posição de cada paciente e o tempo médio de espera publicados; apuração e publicação do tempo de espera por especialidade e por região, com meta de redução sob o mesmo controle das demais metas do governo. A cidadã e o cidadão mato-grossense têm que ter na palma da sua mão um aplicativo da Secretaria de Saúde Estadual que dê transparência e permita que ele acompanhe a sua progressão nesta fila.

### **3. Mutirões regionais de exames e cirurgias eletivas.**

O estoque represado não se resolve apenas no ritmo da rotina. Serão realizados mutirões regionais organizados prioritariamente pela rede pública, com ampliação temporária da capacidade dos hospitais estaduais e municipais e mobilização dos profissionais do SUS, começando pelas especialidades de maior fila e pelos municípios que mais dependem da capital.



Quando a capacidade pública for comprovadamente insuficiente, o Estado mobilizará prioritariamente prestadores filantrópicos e conveniados ao SUS hoje ociosos; apenas esgotada essa alternativa, poderá haver contratação complementar, excepcional e temporária de serviços privados, sob regulação exclusiva do SUS, com valores públicos, metas assistenciais, auditoria, transparência integral e prazo definido.

#### **4. Atenção Primária como porta de entrada de verdade.**

Boa parte do que vira fila poderia ser resolvida perto de casa. O Estado tem que contribuir com recursos para que não falte médicos nas Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS), incluindo médicos de especialidades chaves em rodízio pelas UAPS nas cidades maiores: pediatra, cardiologista, ginecologista e endocrinologista. Estes profissionais além de prestar assistência, executarão a capacitação em serviço, qualificando a Atenção Primária. Disponibilizar aos municípios prontuário eletrônico integrado entre a Unidade de Atenção Primária e o hospital.

Repactuação de responsabilidades com cada município e telessaúde para resolver na origem o que se torna encaminhamento. As equipes e-multi têm que ser completas e trabalhar com metas. A precariedade do atendimento nas UAPS compromete a saúde da população, que acaba precisando recorrer à média e alta complexidade, especialmente devido a doenças que poderiam ter sido prevenidas. Ter Programa de Saúde Bucal consistente e estabelecer parceria com universidades para prevenção e tratamento das patologias bucais.

#### **5. Especialistas em hospitais regionais e municipais.**

Assegurar a presença de especialistas que terão nas UAPS nos hospitais regionais e municipais dos grandes municípios, bem como de outras especialidades, em rodízio nestes hospitais e/ou on-line, incluindo urologista, cirurgião vascular, ortopedista, reumatologista, neurologista dentre outras.

#### **6. Quem cuida também precisa ser cuidado: valorização do trabalhador da saúde.**

Fila que não anda e posto que fecha a porta também são reflexo de médico, enfermeiro e agente comunitário que faltam ou adoecem no caminho, e sistema que cobra meta de quem atende sem cuidar de quem atende não se sustenta: plano de carreira do SUS estadual, construído com as entidades representativas da categoria na mesma mesa permanente de negociação prevista para todo o funcionalismo, cumprimento do piso da enfermagem, já garantido por lei federal, em toda a rede, política permanente de saúde mental e prevenção ao esgotamento do trabalhador da saúde, e reposição regular de médicos, enfermeiros e agentes comunitários nas regiões com maior déficit, com prioridade para o interior.

**7. Hospitais de pequeno porte.**

Hoje muitos hospitais no interior estão fechados ou funcionam parcialmente como pronto atendimento. Ter uma política definida para hospitais de pequeno porte, garantindo o funcionamento e atendimento à população. Atualmente o estado gasta muito e resolve pouco. Fazer um mapeamento de todos os hospitais regionais e municipais, reduzindo a terceirização. Definir com clareza o que cada unidade hospitalar deve resolver, evitando sobreposição entre elas, e ampliar leitos nas regiões com déficit comprovado.

**8. Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a endemias.**

Contribuir com estes profissionais que conhecem a realidade de todas as famílias que cuidam, com colete, auxílio financeiro para compra de protetor solar, kit para prestar assistência ao paciente (glicosímetro, esfigmomanômetro, oxímetro de pulso).

**9. Concurso público.**

Fazer concurso público contemplando todos os profissionais da saúde.

**10. Centros de diálise.**

Oferecer mais centros de tratamento para doenças renais em mais cidades polos. Hoje os pacientes que necessitam precisam ir para uma destas cidades: Cuiabá, Várzea Grande, Sinop, Tangará da Serra, Sorriso, Cáceres, Primavera do Leste, Barra do Garças e Rondonópolis.

**11. Centros regionais públicos de infusão, quimioterapia e atenção oncológica.**

Ampliar a oferta de Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia, hoje concentradas em Cuiabá, Rondonópolis e Sinop, priorizando a implantação de novas unidades públicas regionais e o fortalecimento das estruturas já existentes. A prioridade orçamentária deste plano é a expansão da rede pública oncológica, com cronograma público de novas unidades. Apenas enquanto essa expansão estiver em curso, e por prazo determinado, poderá haver credenciamento complementar de clínicas privadas, sob regulação exclusiva do sistema público, tabela transparente, metas de atendimento, auditoria permanente e garantia de gratuidade integral ao paciente.

**12. Centros Regionais de Habilitação, Reabilitação e Apoio à Pessoa com Deficiência.**

Pessoas com doenças raras, pessoas autistas e pessoas com deficiência podem necessitar de diferentes formas de cuidado, habilitação, reabilitação, apoio à comunicação, tecnologia assistiva e acompanhamento multiprofissional ao longo da vida. Implantar e fortalecer unidades regionais em cidades-polo, descentralizando o atendimento e garantindo equipes multiprofissionais, cuidado individualizado, participação das famílias e respeito à autonomia, às necessidades e às características de cada pessoa.

### 13. Saúde Mental.

Contribuir com os municípios, fortalecendo os serviços de atenção à saúde mental existentes, com número de profissionais (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, dentre outros) na rede de atenção psicossocial, incluindo Centros de Especialidades Médicas e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Em se tratando de políticas públicas de saúde, não há saídas dignas se não forem oferecidas a todos. O CAPS não pode ser um serviço que gira em torno de consulta, psicoterapia, prescrição de medicamentos e normalização das consultas. Os CAPS têm que ser um local de incremento de vida! Ter CAPS III, em outras cidades com mais de 200.000 habitantes. Ampliar o cuidado à dependência química e à ludopatia (jogos de azar) com tratamento e reinserção, e instituir política estadual de prevenção do suicídio, com atenção especial ao jovem.

### 14. Ouvidoria de Saúde.

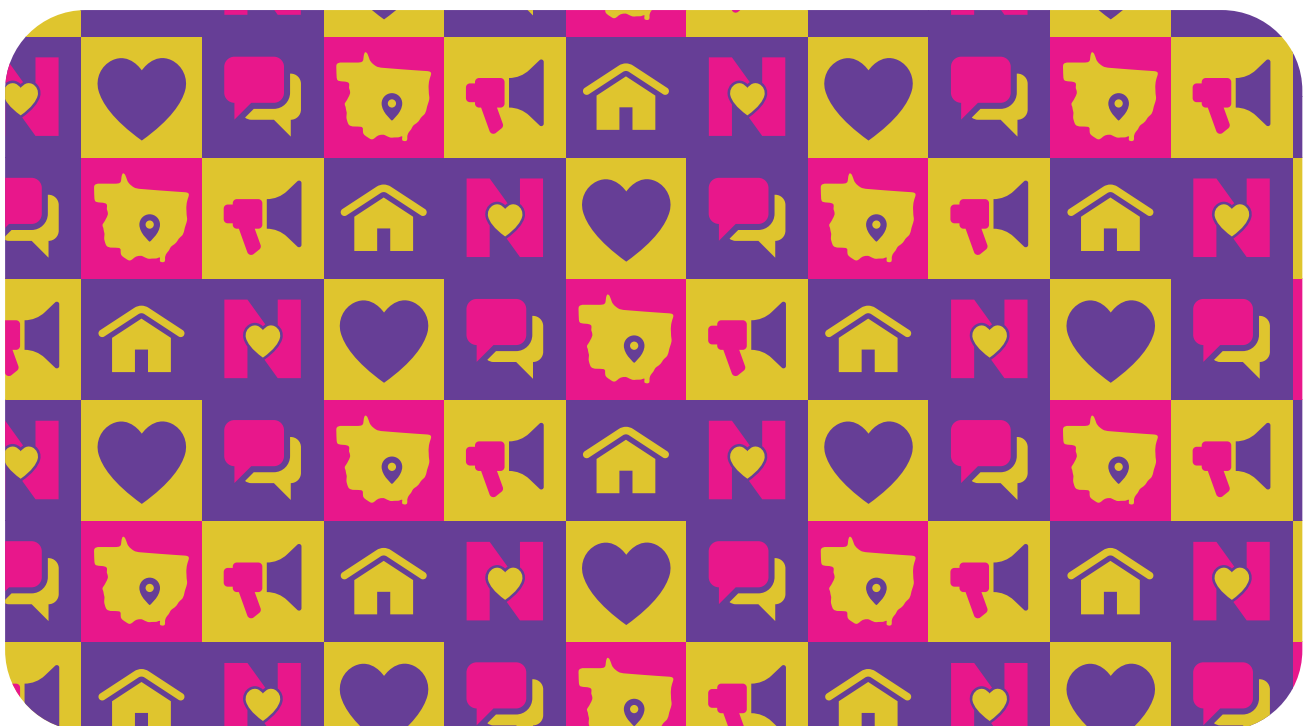
Garantir as condições e suporte técnico, administrativo e financeiro para funcionamento das ouvidorias de saúde e Conselho Estadual de Saúde.

### 15. Auditorias.

Realizar auditorias técnica e contábil em todos os contratos da Secretaria Estadual de Saúde, em especial os contratos de terceirização de serviços, compra de medicamentos e insumos.

### 16. Política de Medicamentos.

Estabelecer um rol de medicamentos, alinhados à Política Nacional, introduzindo medicamentos mais modernos e eficazes, para todos os níveis de Atenção da Saúde.





## **Frente III – Cuidado que protege**

### **Segurança Pública**

#### **Diagnóstico**

A impunidade também tem endereço técnico. Mais de 10 mil perícias aguardam laudo na Politec, com 79 peritos em atividade frente a uma necessidade de 127 já identificada em 2003 — um déficit reconhecido há mais de vinte anos e enfrentado só agora. Enquanto isso, a fronteira confirma o peso do estado na rota do narcotráfico, a taxa de homicídios segue acima da média nacional e o sistema socioeducativo é um dos únicos três do país com mais adolescentes internados do que vagas.

## **As propostas**

### **1. Forças que trabalham juntas, não lado a lado.**

Cada instituição resolve uma parte do problema e ninguém responde pelo todo: coordenação permanente da SESP sobre Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Corpo de Bombeiros, Politec, Polícia Penal e Detran, com protocolo único de atuação conjunta e articulação estável com as forças federais — para que o cidadão receba uma resposta do Estado, não seis respostas parciais.

### **2. Fim do gargalo da perícia.**

Sem laudo não há condenação, e sem condenação não há justiça: concurso e plano de carreira para a Politec, mutirão para eliminar o passivo de laudos represados e reposição regular — não emergencial — do efetivo das polícias Militar e Civil.

### **3. Prédios compartilhados, atendimento no mesmo lugar.**

Instituições isoladas em sedes próprias multiplicam custo de manutenção e obrigam o cidadão a percorrer a cidade atrás de um registro: unidades integradas de segurança reunindo num só endereço as forças que hoje operam separadas, com economia de custeio revertida para efetivo e equipamento.

### **4. Inteligência permanente de fronteira.**

Apreensão isolada não desmonta rota: o estado passa a articular de forma contínua suas forças de fronteira com as forças federais, tratando o corredor do narcotráfico como problema estrutural de Mato Grosso.

### **5. Dado de criminalidade aberto ao cidadão.**

Quem não conhece o risco não pode cobrar solução: portal público com mapa de criminalidade por tipo de crime, unidade policial e período, e expansão do monitoramento por câmeras para os municípios do interior ainda fora do programa.

**6. Trabalho e qualificação dentro da unidade prisional.**

Ampliar as oportunidades de educação, trabalho remunerado e qualificação profissional dentro das unidades prisionais, com trabalho remunerado que garanta remição de pena, forma o preso para o mercado e devolve parte da remuneração ao custeio da própria unidade.

**7. Fim da superlotação como método.**

Cadeia com mais preso do que vaga não cumpre pena, incuba facção: enfrentamento do déficit de vagas priorizando mutirão permanente de revisão de situação processual, para reduzir o excesso de presos provisórios, e alternativas penais para crime sem violência, com ampliação da capacidade apenas onde a superlotação persistir mesmo após essas medidas, para que a unidade prisional deixe de ser escola de recrutamento do crime organizado.

**8. Reinserção de egressos como política de segurança.**

Quem sai da cadeia sem nenhuma porta volta a ela: expansão para todas as regiões do estado dos escritórios sociais de acompanhamento de egressos, com trabalho, documentação e encaminhamento profissional — modelo que já reduziu reincidência onde foi aplicado.

**9. Desafogamento do sistema socioeducativo**

Adolescente em unidade superlotada não se recupera, se profissionaliza no crime: ampliação de vagas para eliminar o déficit e programa obrigatório de reinserção escolar e profissional para todo adolescente em cumprimento de medida.

**10. Polícia que aparece antes do crime.**

Quando a força de segurança só chega para reprimir, ela perde a comunidade que precisa ter ao lado: programas permanentes de prevenção nos bairros mais vulneráveis — esporte, cultura, escola e enfrentamento ao álcool e às drogas —, conselhos de segurança com poder real de propor e cobrar ações, e atuação integrada da segurança com educação, saúde e assistência social, porque a violência não nasce dentro da delegacia.

**11. Valorizar quem faz a segurança pública.**

Cobra-se do agente de segurança o que não se oferece a ele: política permanente de capacitação, apoio psicossocial e cuidado com a saúde mental dos profissionais das forças estaduais, com carreira valorizada e compatível com a função em cada força — Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Corpo de Bombeiros, Politec e Polícia Penal —, construída na mesma mesa permanente de negociação prevista para todo o funcionalismo, porque agente adoecido e sem formação continuada custa caro ao cidadão — em erro, em afastamento e em confiança perdida.



## Frente IV – Cuidado que empodera

A mulher mato-grossense: segurança, saúde e autonomia

### Diagnóstico

Mato Grosso está entre os estados que mais matam mulheres no Brasil: foi o primeiro do país em taxa de feminicídio em 2023, manteve a liderança em 2024 e caiu para a terceira colocação em 2025, com 2,7 casos por 100 mil mulheres. A queda é real e mostra que a violência letal contra a mulher pode ser reduzida — mas o estado segue entre os três piores do país, e das mulheres assassinadas em 2025, 55,8% foram vítimas de feminicídio, contra uma média nacional de 44,4%: matar mulher continua sendo, proporcionalmente, muito mais comum aqui do que no resto do Brasil. E essa melhora recente não está garantida por nenhuma estrutura permanente: o estado segue sem Secretaria própria da Mulher e sem plano estadual com metas e orçamento. O quadro se repete na saúde: Mato Grosso é o 8º pior estado do país em mortalidade materna, com 64,9 óbitos por 100 mil nascidos vivos, distante da própria meta de 40 fixada para 2024. E a política para a mulher mato-grossense está hoje espalhada pela saúde, pela segurança, pela assistência social e pelo desenvolvimento econômico, sem que nenhum órgão responda pelo conjunto — por isso este plano reúne, num eixo só, o diagnóstico e o compromisso completo do Estado com a mulher.

## As propostas

### 1. Secretaria de Estado da Mulher, com orçamento próprio.

Superintendência não comanda política de Estado: a nova Secretaria coordenará todas as ações de proteção à mulher, com plano estadual de metas e prazos inscrito no orçamento e sujeito a prestação de contas.

### 2. Rede de proteção que funciona 24 horas.

A mulher em risco não escolhe o horário do socorro, e mulher com medida protetiva continua sendo morta em Mato Grosso — o papel sozinho não protege: Casas Regionais de Cuidado da Mulher reunindo num só lugar atendimento psicossocial, delegacia, Defensoria Pública e alojamento provisório, com delegacias especializadas abertas dia e noite, disque-denúncia estadual, dispositivo de emergência ligado diretamente à polícia para a mulher sob medida protetiva, com resposta prioritária ao acionamento, e acompanhamento ativo do agressor, com o descumprimento da medida tratado como urgência e não como ocorrência de rotina.

### 3. Enfrentamento à violência sexual, com a rede inteira treinada para enxergá-la.

A vítima de violência sexual costuma passar por vários serviços do Estado sem que nenhum saiba o que fazer com ela: plano estadual de enfrentamento à violência sexual com atendimento rápido, sigiloso e humanizado, capacitação de toda a rede pública — saúde, assistência social, educação, segurança e justiça — para reconhecer sinais de violência e encaminhar corretamente, e núcleos regionais de apoio técnico aos profissionais que atendem essas mulheres no interior.



#### **4. Violência contra a mulher também é caso de saúde.**

A mulher agredida chega ao posto e ao pronto socorro antes de chegar à delegacia, e muitas vezes volta para casa sem que ninguém tenha perguntado nada: rede formada para reconhecer sinais de violência, acolher sem julgamento e notificar; acolhimento com privacidade 24 horas nos hospitais e unidades de referência; coleta de vestígios e profilaxia imediata na violência sexual; núcleos de prevenção e grupos de apoio nas grandes unidades; acompanhamento psicológico de longo prazo para quem sobreviveu; e encaminhamento formal entre saúde, assistência social, segurança e justiça, para a mulher não precisar repetir a mesma história em cada porta.

#### **5. Os filhos que ficam.**

Quando uma mulher é assassinada, ficam os filhos — e hoje o Estado não tem serviço nenhum para eles: acompanhamento psicológico, social e educacional garantido às crianças e adolescentes órfãos do feminicídio e aos atingidos pela violência doméstica, com responsabilidade definida e acompanhamento até a vida adulta.

#### **6. Saúde da mulher em todas as regiões, do pré-natal ao puerpério e ao climatério, não só na capital.**

Gestante que não é acompanhada é mãe e filho em risco, e a mulher do interior descobre tarde o que a da capital descobre cedo — o que acontece do pré-natal à hora do parto ainda depende de onde ela teve a sorte de ser atendida: o estado pactua com os municípios a busca ativa e o acompanhamento de cada gestante do território, para reverter a mortalidade materno-infantil acima da média nacional; mutirões de exames e cirurgias femininas, rastreamento do câncer de mama e do colo do útero, atendimento para endometriose e climatério, unidades móveis onde não há serviço próprio, centros de referência em saúde da mulher por região e protocolo de parto humanizado em toda a rede — com acompanhante garantido, respeito às práticas culturais das mulheres indígenas e do campo e revisão obrigatória de cada morte materna.

#### **7. Autonomia econômica para quem precisa romper o ciclo da violência.**

Mulher que depende financeiramente do agressor não consegue sair de casa: fundo estadual de políticas para as mulheres, prioridade em qualificação profissional e intermediação de emprego para a mulher em situação de violência, e habitação provisória enquanto ela não puder voltar a morar onde morava.

#### **8. Autonomia econômica da mulher mato-grossense.**

Mulher sem renda própria não decide nada da própria vida: crédito orientado e apoio à formalização como microempreendedora individual, cooperativas e feiras regionais de produção feminina, acesso das mulheres às compras públicas do estado e incentivo às empresas que contratam e qualificam mulheres — com prioridade para mães solo, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e com deficiência.



## **9. Orçamento da mulher visível no orçamento do Estado.**

Política sem rubrica própria é política que some no primeiro aperto de caixa: os recursos destinados às políticas para as mulheres passam a ter identificação própria no orçamento estadual, com execução publicada e acompanhável pela sociedade — a mesma régua de transparência que este plano cobra do resto do governo.

# Frente V – Cuidado que transforma

Rodovias, saneamento, habitação, logística, mobilidade e energia

## Diagnóstico

Em infraestrutura, Mato Grosso não tem problema de orçamento — tem problema de entrega. Dos mais de 32 mil quilômetros de rodovias estaduais, cerca de 6.800 estavam pavimentados, e a pesquisa CNT de 2024 classificou 35,9% do trecho estadual avaliado como ruim ou péssimo, com 822 quilômetros em condição crítica. No mesmo período, a secretaria de infraestrutura recebeu o maior salto orçamentário de todo o plano plurianual — mais que triplicou sua dotação — e é o único órgão do estado com falha em obras apontada pelo Ministério Público de Contas três anos seguidos.

O resto do quadro repete a lógica: o estado atende 85,9% da população com água, mas só 58,7% com coleta de esgoto e 51,3% com tratamento, e perde quase metade da água que produz na própria distribuição. As ferrovias seguem sem cronograma público e vinculante, e a mobilidade sobre trilhos de Cuiabá, iniciada em 2012 e paralisada em 2015 por suspeita de fraude, continuava em discussão mais de uma década depois.

## As propostas

### 1. Pavimentação por criticidade técnica, com painel público de obras.

O critério hoje não é claro para ninguém: os trechos em pior estado passam à frente, com cronograma divulgado e painel de acompanhamento aberto a qualquer cidadão.

### 2. Universalização do saneamento com meta por região.

A média estadual esconde o interior: meta escalonada região a região, priorizando os municípios hoje sem dado consolidado, e retomada da série estadual de indicadores para que o avanço possa ser cobrado ano a ano.

### 3. Política habitacional própria de Mato Grosso.

Habitação não pode seguir como apêndice de outra política: linha estadual de financiamento popular, com meta de unidades habitacionais por região, e mutirão de regularização fundiária urbana e rural nas periferias e no interior.

### 4. Cronograma vinculante para a logística e a mobilidade.

Promessa sem data é promessa que não vence. Definir traçado, responsabilidades e prazos para as ferrovias do Estado, com prestação de contas trimestral sobre o avanço físico, articulação interfederativa permanente, definição transparente das responsabilidades da União, do Estado e dos municípios e prestação pública de contas sobre o cumprimento de cada compromisso pactuado. Retomar a mobilidade estruturante de Cuiabá e Várzea Grande com cronograma público e marcos trimestrais.

**5. Energia e internet no interior como pré-condição.**

Sem elas nenhuma outra política chega: programa de eletrificação rural e ampliação da conectividade digital nos municípios do interior, tratados como infraestrutura básica e não como item residual.

**6. Inventário público das obras paradas, com plano de retomada.**

O estado não sabe dizer ao cidadão quantas obras estão paradas nem por quê: levantamento público de toda obra estadual iniciada e não concluída, com o motivo da paralisação, o custo já gasto e a decisão de retomar ou encerrar — antes de anunciar obra nova.

**7. Corpo técnico à altura do orçamento que se recebe.**

O próprio controle externo apontou o quadro de pessoal defasado da secretaria de infraestrutura como causa da má execução: concurso e recomposição da engenharia e da fiscalização de contratos do estado, porque orçamento recorde sem gente para tocar obra vira obra atrasada.

**8. Fim das pontes de madeira nas estradas do estado.**

Estrada que termina em ponte de madeira é safra parada, ônibus escolar que não passa e ambulância que não chega: programa estadual de substituição das pontes de madeira por estrutura de concreto, começando pelas rotas de escoamento da produção e pelos trechos de acesso a escola e a serviço de saúde.



## **Frente VI – Cuidado que desenvolve**

### **Economia, Meio Ambiente e Agricultura**

#### **Diagnóstico**

Mato Grosso produz quase um terço dos grãos do Brasil, mas distribui muito mal as condições dessa produção: 68,79% dos estabelecimentos agropecuários do estado são de agricultura familiar e ocupam apenas 9,34% da área rural — e, entre eles, só 15,91% acessam crédito, enquanto 87,49% não recebem nenhuma assistência técnica. A economia cresceu, com o estado saltando da 13ª para a 10ª maior do país, mas sem mudar de natureza: a agropecuária responde por 21% do PIB e a indústria de transformação por apenas 17,4%.

No meio ambiente está o dado mais grave do eixo. Entre agosto de 2024 e julho de 2025, Mato Grosso foi o único estado da Amazônia Legal com aumento de desmatamento, enquanto os outros oito reduziram, e passou a responder por mais de um quarto da área desmatada do bioma no período — no mesmo plano plurianual em que o eixo ambiental recebe 0,7% do orçamento do Executivo, o menor de todos, e no mesmo estado em que 77,2% da consulta pública pediram mais monitoramento da poluição dos rios.

## **As propostas**

### **1. Crédito e assistência técnica para a agricultura familiar.**

Quem produz alimento no pequeno não pode ser o único sem porta no banco: linha de crédito e assistência técnica dedicadas, para corrigir o desequilíbrio de acesso — sem reduzir o apoio ao agronegócio de escala, que atua dentro da lei, cumpre seus compromissos socioambientais — incluindo acordos privados de rastreabilidade como a Moratória da Soja — e sustenta a economia do estado. Fomento a cultivos de maior valor agregado adaptados ao clima do estado, como sistemas semi-hidropônicos de hortifrutigranjeiros em regiões quentes, ampliando a renda por hectare da agricultura familiar.

### **2. Força-tarefa contra quem opera fora da lei.**

Fiscalizar o infrator é proteger quem cumpre a lei: integração entre meio ambiente e segurança pública contra o desmatamento criminoso, o garimpo e a extração de minerais ilegais, com o produtor regularizado como parceiro da fiscalização, universalização do cadastro ambiental rural digital e revisão do ICMS Ecológico para remunerar quem protege o território.

### **3. Diversificação econômica para além do agro.**

Depender de uma commodity é depender do humor do mercado: incentivo à indústria de transformação e à bioeconomia e política estadual de geologia e recursos minerais — hoje inexistente num dos cinco maiores produtores minerais do país —, com mapeamento geológico, qualificação de mão de obra nos municípios minerados e centro tecnológico com as universidades.



#### **4. Pesquisa e inovação como a Constituição estadual já manda**

A regra existe e o estado não cumpre: destinação efetiva dos recursos de pesquisa, tecnologia e inovação previstos na Constituição de Mato Grosso, com bolsas competitivas com as de outros estados, para o estado parar de formar e perder seus pesquisadores.

#### **5. Ambiente de negócios como política pública.**

Quem gera emprego no interior precisa de um Estado que facilite: programa de desburocratização e crédito para a pequena e a média empresa, com a geração de emprego formal no interior acompanhada por indicador próprio de distribuição regional.

#### **6. Uma só porta para quem quer investir em Mato Grosso.**

Investidor hoje precisa entender sozinho o que cabe à SEDEC, ao Invest MT, ao Desenvolve MT e à MTPar, e cada órgão toca sua parte isoladamente: integração efetiva da atuação desses quatro órgãos na promoção de investimentos, com estratégia, agenda e indicadores únicos de atração e acompanhamento de investidores.

#### **7. Mato Grosso com endereço comercial no mundo.**

Um único escritório comercial, na China, atende só uma fração do mercado que o estado pode alcançar: ampliação da rede de escritórios comerciais para outros países estratégicos e agenda permanente de missões comerciais internacionais, para atrair investimento e abrir mercado à produção mato-grossense.

#### **8. Orçamento ambiental compatível com o tamanho do problema.**

Não se combate o maior desmatamento da Amazônia Legal com a menor fatia do orçamento: recomposição da verba ambiental e do efetivo de fiscalização, dimensionados pelo território.

#### **9. Água limpa e nascente recuperada.**

Monitorar a poluição dos rios é uma das maiores demandas da consulta pública, e é o que menos se faz: monitoramento estadual da qualidade da água com resultado publicado, recuperação de nascentes e matas ciliares junto ao produtor rural, e responsabilização de quem polui.

#### **10. Emissões medidas e auditadas, não apenas anunciadas.**

Meta divulgada sem verificação não vale no debate público: relatório periódico de emissões e do avanço da meta de carbono neutro, verificado por instituição independente.

#### **11. Política estadual de pesquisa, desenvolvimento e inovação.**

Universidade, empresa e instituto de pesquisa trabalham hoje de costas um para o outro, e a boa ideia morre antes de virar produto: política estadual que articule o setor produtivo, as universidades, os institutos de pesquisa e o governo, com editais regulares de pesquisa, inovação e extensão tecnológica e apoio a ambientes de inovação e à transferência de tecnologia para quem produz no estado. Isso inclui um polo ou incubadora dedicado a soluções tecnológicas inteligentes para a produção e a otimização do agronegócio, articulado com universidades, institutos de pesquisa e o setor produtivo.

**12. Mato Grosso como sede de pesquisa nacional, não só como objeto dela.**

Estuda-se muito Mato Grosso de fora para dentro, e o estado sedia pouco do que se pesquisa sobre ele: articulação permanente com o Governo Federal para ampliar a presença de instituições estratégicas de pesquisa no estado — novos centros temáticos e fortalecimento das estruturas já existentes, como a Embrapa na Baixada Cuiabana — em agronegócio, biodiversidade, recursos naturais, energia, sustentabilidade e saúde.

**13. Pós-graduação forte e ciência mato-grossense reconhecida fora.**

Formar mestre e doutor sem inserção internacional é formar pela metade: fortalecimento dos programas de pós-graduação do estado e editais de cooperação com universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais, para que a produção científica feita aqui circule e atraia investimento de volta.

**14. Valor agregado onde hoje só se tira minério.**

Município minerado que exporta pedra bruta e não fica com nada é município que empobrece quando a mina fecha: fomento à lapidação de gemas e pedras preciosas como economia criativa e apoio a outras cadeias produtivas nos municípios de atividade mineral, para que a riqueza do subsolo deixe alguma coisa em cima dele.

**15. Turismo de natureza como motor econômico do interior.**

Mato Grosso tem Pantanal, Chapada dos Guimarães, Araguaia, águas cristalinas e enorme diversidade cultural e ambiental, e vende pouco do que tem: criar política estadual de turismo com regionalização de roteiros, infraestrutura de acesso, sinalização, proteção dos ambientes naturais e capacitação profissional. Apoiar o ecoturismo, o turismo de observação da fauna, a pesca esportiva, o turismo cultural, científico e de base comunitária, sempre de forma compatível com os planos de conservação de cada bioma. Promover Mato Grosso dentro e fora do país, gerando emprego e renda no interior com conservação ambiental e participação das comunidades locais — porque turismo gera emprego onde o agro emprega pouco.

**15. Saúde e proteção animal.**

Apoiar os municípios com programas de castração gratuita, consultas, exames e atendimento veterinário para famílias de baixa renda e animais resgatados, além de implantar um Hospital Veterinário Público Estadual.

## **Frente VII – Cuidado com responsabilidade**

### **Gestão Pública, Fiscal e Governo Digital**

#### **Diagnóstico**

O problema fiscal de Mato Grosso não é falta de arrecadação — é a distância entre o que se orça e o que se entrega. O parecer do Tribunal de Contas sobre as contas de 2024 mostra programas-chave executados muito abaixo do previsto: saneamento executou cerca de 4% do orçado, o programa habitacional entregou 404 moradias com apenas uma de dez parcerias firmadas, e o BRT de Cuiabá e Várzea Grande chegou a cerca de 15% do planejado.

E, quando o termômetro incomoda, o governo troca o termômetro. Na revisão do plano plurianual de janeiro de 2026, o estado excluiu o indicador de transparência que permitia comparação com os demais estados — alegando falta de apuração da fonte — e o substituiu por um índice interno, sem histórico e sem comparação possível. Mato Grosso é hoje o 13º colocado no ranking nacional de transparência: se o indicador tinha problema de apuração, a resposta era corrigir a apuração, não abandonar a régua.

## **As propostas**

### **1. Piso de 15% da receita para investimento.**

Investimento é a primeira coisa a ser sacrificada quando aperta: ao menos 15% da Receita Corrente Líquida — o dinheiro que o estado efetivamente tem para gastar — passam a ser aplicados por ano em ações econômicas e sociais, no mesmo formato do piso que já existe para a saúde.

### **2. Devolução do ICMS (Cash Back) para quem mais sente o imposto.**

O imposto sobre o consumo pesa mais no bolso de quem ganha menos: programa estadual de devolução do ICMS às famílias do Cadastro Único com renda de até três salários-mínimos, antecipando em Mato Grosso o que a reforma tributária federal só entrega no fim da década, com impacto fiscal estimado e compensado na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **3. Transparência que se pode cobrar e governo digital que termina o serviço.**

Régua trocada é cobrança impedida, e sistema que não conversa com outro joga o cidadão de fila em fila: volta o indicador de transparência comparável com outros estados, com portal único trazendo as metas de cada eixo de governo — e não só a execução do orçamento —, canal de controle social com poder real de acompanhar obras e contratos, integração concluída das bases entre os órgãos estaduais e serviços do estado disponíveis do começo ao fim em canal digital único, com indicador público de adesão por secretaria. Ampliação do número de unidades do Ganha Tempo pelo interior do estado, para que o atendimento presencial acompanhe o mesmo padrão de agilidade do canal digital.

**4. Estado eficiente, servidor valorizado e serviço que chega.**

Executar 4% do previsto não é gestão. Reorganizar estruturas e funções que hoje se sobrepõem, reduzir burocracias e estabelecer metas de execução e entrega por programa e secretaria. Valorizar o servidor por meio de mesa permanente de negociação com as entidades representativas, tratando de carreira, remuneração e condições de trabalho, dentro da responsabilidade fiscal do Estado. O desempenho será acompanhado para corrigir problemas e reconhecer coletivamente as equipes, nunca para retirar direitos ou promover desligamentos por avaliação individual. Implantar controle permanente da folha de pagamento para prevenir e corrigir inconsistências antes que causem prejuízo ao erário.

**5. Preparar Mato Grosso para o fim dos benefícios de ICMS.**

Entre 2029 e 2033 os incentivos fiscais de hoje deixam de existir: o estado mapeará sua exposição e construirá um novo modelo de atração de investimento baseado em crédito, logística e qualificação de mão de obra, com fundo estadual de empreendedorismo que priorize as cidades mais pobres.

**6. Pauta fiscal própria, levada à Assembleia Legislativa.**

Mato Grosso não tem hoje projeto fiscal e tributário próprio — apenas reage ao que vem de Brasília: o governo enviará à Assembleia sua própria proposta fiscal-tributária e prestará contas periódicas do resultado fiscal do estado, e não apenas da arrecadação bruta, com a série completa aberta ao cidadão.

**7. Dinheiro que chega ao município pobre.**

Repasse cego à realidade local aprofunda desigualdade: aprofundamento da reforma do índice de participação dos municípios, antecipando em lei estadual as premissas de distribuição da reforma tributária, e extensão do critério de vulnerabilidade social — hoje já usado nos repasses estaduais de saúde — aos demais repasses voluntários do orçamento.

**8. Não roubar e não deixar roubar, com transparência e fiscalização permanente.**

Exigir declaração anual de bens e rendimentos do governador, vice-governador, secretários e demais integrantes do primeiro escalão, estendendo a obrigação a cônjuges e filhos, com entrega aos órgãos de controle e regras de publicidade compatíveis com o sigilo fiscal e a proteção de dados, permitindo identificar evolução patrimonial incompatível durante o exercício do cargo, inclusive entre seus familiares.

**Mato Grosso tem uma dívida com você. Este plano é o compromisso  
de pagá-la, com gestão, com transparência e com cuidado.  
Tem que fazer diferente. Tem que cuidar de gente.**

**Natasha Shessarenko**  
Candidata a Governadora de Mato Grosso

**Diogo Botelho**  
Candidato a Vice-Governador de Mato Grosso